

Abertura comercial preocupa

por Claudia Facchini De Cesare
de São Paulo

O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, deixou claro ao empresário paulista que o governo não abrirá mão da defesa do livre comércio e do processo de redução das alíquotas de importação. O tema foi alvo de queixas e críticas dos empresários em encontro realizado na sexta-feira na sede da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP).

O diretor do Departamento de Comércio Exterior da FIESP, Luís Fernando Furlan, quis saber do ministro se, em face da abertura do mercado brasileiro, o governo também terá a "a mesma agilidade dos Estados Unidos em proteger-se contra o Brasil". A pergunta ficou sem resposta.

Fernando Henrique ateu-se às reclamações contra a entrada no País de tecido sintético produzido pelos países asiáticos, sobre os quais, segundo as indústrias nacionais, pesam fortes suspeitas de "dumping". Foram feitas queixas também contra o contrabando de produtos eletrônicos.

Fernando Henrique afirmou que o governo está atento a estes problemas. Ele reconheceu a necessidade de uma maior informatização dos órgãos governamentais para o combate às importações ilegais e prometeu uma "ação" do governo em torno da entrada de tecido sintético.

Em seu discurso, Fernando Henrique afirmou que o governo "não só ganha com a inflação, como sobrevive graças a ela". "Somente os setores não organizados sofreram com a inflação", afirmou o ministro. Ele criticou ainda a indexação da economia. "Os índices não medem a inflação, mas acabam por defini-la. Na verdade, tornam-se uma profecia que se auto-realiza".

PLANO DE SAFRA

O governo anunciou na última terça-feira o Plano para a Safra 93/94, que contará com a liberação de recursos de US\$ 5,6 bilhões para o custeio do plantio e US\$ 1,4 bilhão para investimentos no setor. Segundo Fernando Henrique, o governo quer com isso fortalecer o financiamento à produção agrícola, tendo como meta dobrar a oferta de alimentos. "Se a produção de alimentos não aumentar, não se terá como combater a inflação", afirmou.

O Plano de Safra introduziu ainda o crédito com equivalência em produto, uma reivindicação antiga dos produtores. "Em conjunto com o ministro da Agricultura, foi elaborado um esquema de crédito com equivalência que não irá onerar o Tesouro", explicou Fernando Henrique. O empréstimo estará vinculado a um preço mínimo, que, por sua vez, será indexado pela Taxa Referencial. A reivindicação dos agricultores era que o crédito fosse indexado pelos valores de mercado dos produtos.